



14
199

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0190062-9/01

Agravante: Estado de Pernambuco

Advogada: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Agravado: Rosilane Silva Barbosa e outros

Advogada: Dra. Ana Patrícia Vieira de Almeida

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

5524

EMENTA: ADMINISTRATIVO. CONCURSO. IDADE LIMITE PARA INGRESSO/MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO DA PMPE. IMPOSSIBILIDADE. PROPORCIONALIDADE E RAZOABILIDADE. INEXISTÊNCIA. RECURSO IMPROVIDO. DECISÃO UNÂNIME.

- 1 - observo que o critério eliminatório fixado no edital não se mostra razoável e proporcional ao alcance do interesse público, uma vez que o fato dos impetrantes terem ultrapassado o limite máximo de idade de 30 anos previsto no instrumento convocatório do certame e nos Decretos nº 10.932/85 e 25.485/03 não possui o condão de impedir o bom desempenho das atribuições atinentes ao cargo disputado.
- 2 - Agravo Regimental Improvido.
- 3 - Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de Agravo Regimental nº 0190062-9.01, em que figura como agravante

Estado de Pernambuco e como agravadas Rosilane Silva Barbosa e outros.

15
200

Acordam os Desembargadores que integram a Oitava Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, pela sessão de julgamento realizada no dia ____/____/2010 presidida pelo Des. Ricardo de Oliveira Paes Barreto, acompanhado pelo vogal Des. Francisco José dos Anjos Bandeira de Melo, à unanimidade de votos, em conhecerem do recurso acima descrito, para negarem provimento ao mesmo, tudo na conformidade dos votos e do Relatório proferidos neste julgamento.

Recife,

Des. José Ivo de Paula Guimarães - relator



164
201

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0190062-9/01

Agravante: Estado de Pernambuco

Advogada: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Agravado: Rosilane Silva Barbosa e outros

Advogada: Dra. Ana Patrícia Vieira de Almeida

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

RELATÓRIO

Trata-se de agravo regimental interposto contra decisão interlocutória que, nos autos do agravo de instrumento em apenso, indeferiu o pedido de efeito suspensivo pleiteado, mantendo-se incólume a decisão então recorrida em sua totalidade.

O agravante interpôs o presente recurso alegando, resumidamente, em suas razões de fls. 02/07 que o edital do concurso é lei entre as partes, vinculando tanto o candidato, como a Administração e que, *in casu*, a parte agravada estava ciente da idade máxima exigida para o ingresso na PMPE.

Acrescenta que a norma do item 10, subitem 10.1, alínea a, do edital do concurso, estabeleceu uma idade limite para a matrícula no curso de formação de soldado da Polícia Militar e de soldado do Corpo de Bombeiros Militar, enquanto a norma do art. 7º, inc. VII, alínea a, do regulamento para ingresso nos quadros da PMPE e CBMPE, aprovado pelo Decreto Estadual nº 10.932/1985, fixou idade limite para a inscrição no concurso. Observa, em vias de conclusão, que tanto para a inscrição no concurso quanto para a matrícula no curso de formação será de 30(trinta) anos de idade, como termo limite.

É o relatório.

Recife,

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator



17
262

Poder Judiciário
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães
OITAVA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO REGIMENTAL Nº 0190062-9/01

Agravante: Estado de Pernambuco

Advogada: Dr. Paulo Sérgio Cavalcanti Araújo

Agravado: Rosilane Silva Barbosa e outros

Advogada: Dra. Ana Patrícia Vieira de Almeida

RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

VOTO

O inconformismo do agravante reside contra decisão interlocutória que, nos autos do agravo de instrumento em apenso, indeferiu o pedido de efeito suspensivo pleiteado, mantendo-se incólume a decisão então recorrida em sua totalidade.

Tratando-se de agravo regimental que tem por objetivo a reforma de decisão interlocutória proferida em sede de agravo de instrumento, tenho que a presente via subsume-se à análise reiterada da presença ou não dos dois requisitos necessários à concessão da medida, quais sejam, a fumaça do bom direito e o perigo da demora.

Depreende-se dos autos que o edital do certame, em seu subitem 10.1, alínea "a", estabelece como causa eliminatória do processo seletivo a idade mínima de 18 anos e máxima de 30 anos completos na data da matrícula no curso de formação, de forma que o candidato não incluído nesta faixa etária no momento da matrícula estaria automaticamente excluído, como no caso em apreço.

É certo que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração (Direta e Indireta), a qual, segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "(...) é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo

tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público"¹.

118
203

No caso em concreto, entretanto, observo que o critério eliminatório fixado no edital não se mostra razoável e proporcional ao alcance do interesse público, uma vez que o fato dos impetrantes terem ultrapassado o limite máximo de idade de 30 anos previsto no instrumento convocatório do certame e nos Decretos nº 10.932/85 e 25.485/03 não possui o condão de impedir o bom desempenho das atribuições atinentes ao cargo disputado.

Ademais, tendo em vista que, a teor do disposto no art. 37, I, da CF/88, com redação dada pela EC nº 19/98, os requisitos para o preenchimento de cargo público somente podem ser estabelecidos por meio de lei, verifico, ao menos nesta seara de apreciação perfunctória, que o dispositivo que estabelece a restrição etária para o ingresso na carreira militar estadual reputa-se eivado de ilegalidade, porquanto esteado, tão-somente, no regulamento disciplinador do concurso e nos Decretos supramencionados.

Neste mesmo sentido, colaciono ementa de julgado proferido por este Egrégio Tribunal de Justiça em caso análogo, senão vejamos:

DIREITO CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. CONCURSO PÚBLICO PARA INGRESSO NA POLÍCIA MILITAR. IDADE. REQUISITO PARA MATRÍCULA NO CURSO DE FORMAÇÃO. PREVISÃO EDITALÍCIA. LEI ORDINÁRIA QUE NÃO FIXA LIMITES MÍNIMO E MÁXIMO. OFENSA AO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ENTENDIMENTO UNIFORME DA JURISPRUDÊNCIA. REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1.Versa a lide em apreço acerca de exclusão dos agravados do concurso público para Soldado da PMPE por possuírem idade superior à máxima de 30 (trinta) anos, prevista como condição para matrícula no Curso de Formação. 2.Da literalidade do caput do artigo 5º da Magna Carta, ao instituir o princípio da igualdade, infere-se a vedação das discriminações arbitrárias, que não estejam a serviço de uma finalidade abarcada pelo Ordenamento Jurídico. 3.O inciso XXX do art. 7º da Constituição Federal, expressamente estendido aos servidores públicos ocupantes de cargos públicos, inclusive militares, pelo parágrafo 3º do art. 37 da Magna Carta, veda a adoção de critérios discriminatórios de admissão por motivo de idade, sexo, altura, dentre outros. 4.Na hipótese em apreço,

¹ Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 376.

contudo, a discriminação em tela não se encontra direcionada ao atendimento de uma finalidade acolhida pelo Direito, eis que o fato dos agravados terem idade superior à fixada no edital e no Decreto nº 10.932/85 não consiste em impedimento ao bom desempenho das atribuições atinentes ao cargo a que concorre. 5. Se por um lado, a Administração Pública, no exercício do seu poder discricionário pode realizar atos que se ajustem com a conveniência e oportunidade administrativas, por outro viés faz-se mister ressaltarmos que, consoante doutrina e Jurisprudência pátria, todo ato administrativo há de ser razoável e proporcional ao alcance do interesse público, hipótese na qual não se enquadra a fixação de altura mínima para realização das provas do certame em apreço. 6. Acerca do provimento dos cargos públicos, assevera o artigo 37, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n.º 19, que o acesso é extensivo a todos os brasileiros desde que preencham os requisitos estabelecidos em lei. 7. A teor do contexto dos dispositivos citados acima, verifica-se que os requisitos e condições para o preenchimento de cargo público somente podem ser estabelecidos através de lei, no sentido formal, não se enquadrando como tal, portanto, os Decretos do Executivo, nem tampouco o edital que instaurou o certame em apreço. 8. Cumpre notar que, não obstante a Lei nº 6.783/1974, que dispõe sobre o Estatuto dos Policiais Militares do Estado de Pernambuco, a que o agravante faz alusão, fale na necessidade de observância, para matrícula nos estabelecimentos policiais-militares, de condições relativas à idade, dentre outros, ela não faz referência a limites mínimo e máximo, os quais deveriam constar da própria lei, sob pena de não atendimento à lógica que orienta o entendimento jurisprudencial dos Tribunais Superiores. 9. À unanimidade de votos, negou-se provimento ao presente recurso (Areg 173269-4/01, Rel. Des. Luiz Carlos Figueirêdo, 7CC, DJ 21/10/2008).

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e negar provimento ao presente agravo regimental, mantendo-se incólume a decisão recorrida.

É como voto.

Recife,

Des. José Ivo de Paula Guimarães
Relator